

A teologia pública entre pluralidades e contextualidades: uma contribuição protestante

Public theology between pluralities and contextualities: a Protestant contribution

*Jefferson Zeferino*¹

RESUMO

O presente texto trata da teologia pública como possível linguagem para um contexto de pluralismos, globalização, diversidade cultural e religiosa. Por meio de uma apresentação introdutória acerca da teologia pública, dialoga-se com a formulação de Ronaldo Cavalcante com o intuito de contribuir à sua proposta de uma teologia pública protestante. Efetivamente, a potência supraconfessional da teologia pública demonstra-se como adequada abordagem de um contexto plural, podendo haurir livremente das tradições religiosas, como a protestante.

PALAVRAS-CHAVE

Teologia Pública. Pluralismo Religioso. Linguagem Teológica. Tradição Protestante. Ética.

ABSTRACT

The current text thinks public theology as possible language to deal with a context of pluralism, globalization, and cultural and religious diversity. Through an introductory presentation about public theology the text dialogues with Ronaldo Cavalcante aiming to contribute to his proposal of a Protestant public theology. Effectively, the

¹ Jefferson Zeferino é mestre e doutorando em Teologia pela PUCPR. Editor Associado da Revista Teoliterária, assessor teológico do Movimento Ecumênico de Curitiba e membro do grupo de pesquisa Teopatodiceia e do Núcleo Ecumênico e de Diálogo Inter-religioso da PUCPR. Bolsista CAPES.

supraconfessional force of public theology may be an appropriate approach to a plural context drawing freely from religious traditions such as the Protestant one.

KEYWORDS

Public Theology. Religious Pluralism. Theological Language. Protestant Tradition. Ethics.

Considerações iniciais

Diante de uma nova era global e ecumênica, como pondera o documento *Do Conflito à Comunhão*², é inescapável a questão da diversidade cultural e a do pluralismo religioso. Com efeito, já David Tracy colocava este problema como interpelação necessária à teologia. Mais, Tracy compreende “o pluralismo como um enriquecimento fundamental da condição humana”³. Em consonância, esta pesquisa compreende o pluralismo religioso como um dom a ser recebido no fazer teológico e percebe que aquilo que tem sido pensado recentemente como Teologia Pública possui o ferramental necessário para desenvolver uma linguagem agregadora e prospectiva diante da temática referida. Com o intuito de corroborar esta afirmação, o presente trabalho percorre a seguinte estrutura: 1. Uma nova era ecumênica e global; 2. Teologia Pública: aspectos introdutórios; 3. Uma teologia pública protestante. O texto conclui que a linguagem teológica, haurindo da teologia pública, pode ser desenvolvida de forma não restrita e confessional, na direção uma ética contextualizada.

² PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS; FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. *Do Conflito à Comunhão*: Comemoração conjunta católico-luterana da Reforma em 2017. Relatório da Comissão Luterana – Católico-Romana para a Unidade. Brasília, Edição conjunta Edições CNBB e Editora Sinodal, 2015, n. 4-15. Doravante DCAC.

³ TRACY, D. *A imaginação analógica: a teologia cristã e a cultura do pluralismo*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2006, p. 11.

Uma nova era ecumênica e global: diversidade e pluralidade como dons

Por meio do documento *Do Conflito à Comunhão* (DCAC), oriundo da comissão de diálogo bilateral católico-luterana, é possível afirmar que se vive um novo tempo. Com efeito, ao falar da comemoração conjunta dos 500 anos da Reforma, o documento atenta que pela primeira vez esta aproximação é possível e o é em um contexto plural.

A globalização, o encontro, e a convivência entre as culturas possui uma capilaridade inédita. É mais do que a noção da existência de diferentes povos, nações, idiomas, religiões, etc., mas uma coexistência e compartilhamento de espaços geográficos sem precedentes. Ao mesmo tempo, muito em virtude dos avanços obtidos pelo Conselho Mundial de Igrejas (fundado em 1948) e pelos esforços do Concílio Vaticano II (1962-1965), em especial a partir da *Unitatis Redintegratio*, trata-se também de uma nova era ecumênica. Efetivamente, este reconhecimento de alteridades promovido pela experiência ecumênica abre a possibilidade do enfrentamento dos desafios da contemporaneidade de forma conjunta. Cristãs e cristãos de todas as origens confessionais são convidadas e convidados a dar razões de sua fé diante de novas questões que se apresentam. Corroborando esta afirmação a proposta prática que as igrejas católica e luterana promoveram acerca da questão dos/as refugiados/as ao assinarem um acordo de colaboração conjunta da *Cáritas Internationalis* e da *Lutheran World Federation World Service* enquanto diaconia ecumênica⁴.

No primeiro capítulo do DCAC, encarregado de contextualizar o tempo presente, identificam-se três desafios:

- 1) É a primeira comemoração que tem lugar na era ecumênica. Por isso, a comemoração comum é uma ocasião para aprofundar a comunhão entre católicos e luteranos; 2) É a primeira comemoração na era da globalização. Por isso, a comemoração comum deve incorporar experiências e perspectivas de cristãos do Sul e do Norte,

⁴ Mais informações em: THE LUTHERAN WORLD FEDERATION. *A new beginning for Lutheran and Catholic aid agencies*. 31.10.2016. Disponível em: <https://www.lutheranworld.org/news/new-beginning-lutheran-and-catholic-aid-agencies>. Acesso em: 26.09.2017.

do Leste e do Oeste; 3) É a primeira comemoração que deve ocupar-se com a necessidade de uma nova evangelização, num tempo marcado pela proliferação de novos movimentos religiosos e o crescimento da secularização em muitos lugares. Por isso, a comemoração comum representa a oportunidade e a obrigação de ser um testemunho comum de fé⁵.

A proposta do DCAC é do enfrentamento conjunto do contexto atual. O que é novo, basta relembrar os contextos dos centenários anteriores da Reforma. “As celebrações dos centenários se tornaram vistosas e festivas. Os pontos de vista opostos de grupos confessionais diferentes eram especialmente visíveis nesses eventos”. De um lado, “para os luteranos, esses centenários e dias comemorativos representavam ocasiões para mais uma vez contarem a história da forma característica – ‘evangélica’ – da sua igreja para justificarem sua existência distintiva”. E assim, “essas comemorações estavam ligadas à crítica da Igreja Católica Romana”. Do outro, “católicos usavam tais eventos comemorativos como oportunidade para acusar os luteranos de uma divisão injustificável da verdadeira Igreja e a rejeição do Evangelho de Cristo”⁶.

Desta forma, o DCAC afirma que “O ano de 2017 verá a primeira comemoração de um centenário da Reforma a ter lugar na era ecumênica”. Marcando, “os 50 anos do diálogo luterano-católico”⁷. Diante deste novo contexto, “não é adequado continuar repetindo antigos relatos da Reforma, que apresentam as perspectivas luteranas e católicas de forma separada e muitas vezes em oposição uma à outra”. Com efeito, “a lembrança histórica sempre seleciona dentre uma grande abundância de momentos históricos e insere os elementos selecionados num todo com sentido”. Assim, “por esses relatos do passado terem sido em sua maior parte de oposição, não raras vezes intensificaram o conflito entre as confissões, e às vezes levaram a uma hostilidade aberta”⁸. Conclui-se, portanto, que esta nova era ecumênica permite que as tradições católica e luterana não contem mais a história uma contra a outra, mas uma com a outra.

⁵ DCAC 4.

⁶ DCAC 5.

⁷ DCAC 7.

⁸ DCAC 8.

Esta efervescência ecumênica ocupa espaço em um tempo cada vez mais globalizado e plural. Também o cristianismo tornou-se cada vez mais diversificado e global. “Existem hoje cristãos de várias confissões por todo o mundo; o número de cristãos no Sul está crescendo, enquanto no Norte está diminuindo”. Ademais, “essas igrejas não percebem facilmente os conflitos confessionais do século XVI como seus próprios conflitos, mesmo que estejam conectadas com as igrejas da Europa e da América do Norte por várias comunhões mundiais e compartilhem com elas uma base doutrinal comum”. Desta forma, “será muito importante levar a sério as contribuições, questões e perspectivas dessas igrejas do Sul”⁹.

Outro aspecto de pluralidade apontado pelo DCAC é que “há mais de cem anos, movimentos pentecostais carismáticos e outros espalharam-se por todo o globo”. Tais “movimentos destacaram novas ênfases que fizeram parecer obsoletas muitas das antigas controvérsias confessionais”. Cabe ainda destacar que “o movimento pentecostal está presente em muitas outras igrejas na forma de movimento carismático, criando novos grupos de comunhão e comunidades para além dos vínculos confessionais”. Desta forma, percebe-se que “esse movimento abre novas oportunidades ecumênicas enquanto, ao mesmo tempo, cria novos desafios que vão ter um papel importante na comemoração da Reforma em 2017”¹⁰.

Por fim, o DCAC, em sua contextualização histórica, atenta ao fato de que “enquanto os aniversários anteriores da Reforma tiveram lugar em países confessionalmente homogêneos, ou em países onde a maioria da população era cristã, hoje os cristãos vivem mundialmente em ambientes multirreligiosos”. O que representa também “um novo desafio para o ecumenismo, não tornando o ecumenismo supérfluo, mas, ao contrário, ainda mais urgente, uma vez que a animosidade de oposições confessionais prejudica a credibilidade cristã”¹¹. Isto é, cristãs e cristãos são convidados e convidadas a dar razões de sua fé não de forma segregadora, mas que contribua, efetivamente, ao espaço público.

⁹ DCAC 10.

¹⁰ DCAC 14.

¹¹ DCAC 15.

Uma vez introduzido o contexto de pluralismos, cabe verificar como que, teologicamente, esta realidade pode ser pensada. A proposta é de que aquilo que convencionou-se chamar de teologia pública, pode ser uma plataforma adequada para um fazer teológico no referido contexto.

Teologia Pública: aspectos introdutórios

O termo *teologia pública* é recente no contexto brasileiro. Caldas afirma que “a expressão ‘teologia pública’ é documentada no Brasil apenas a partir da atuação do Instituto Humanitas da UNISINOS, no início dos anos 2000”¹². Apesar de recente por aqui, a origem do termo data de 1974 no contexto norte-americano. “Deve-se a Martin Marty a elaboração do conceito, empregado pela primeira vez em um artigo sobre o pensamento de Reinhold Niebuhr”. Ademais, “atualmente, a bibliografia disponível sobre o tema da teologia pública é extensa e encontra representantes em diversos países”¹³.

Contudo, sua formulação não tem sido homogênea. “De fato, o termo *Teologia Pública* é usado de modo ambíguo nas publicações e conversas a seu respeito”. Para Zabatiero, o termo “pode se referir a uma corrente teológica específica [...]; pode se referir a um objeto da Teologia – a vida pública; ou pode se referir a um *movimento* na teologia contemporânea que se ocupa com o caráter *público* da teologia”¹⁴.

Diante desta pluralidade – corroborada ainda pela fala de Jacobsen: “a diversidade de teóricos ocupados com a teologia pública trouxe consigo uma diversidade conceitual: não há univocidade em definir os propósitos, a fundamentação teológica ou o próprio significado do termo

¹² CALDAS, C. *Dietrich Bonhoeffer e a teologia pública no Brasil: o conceito bonhoefferiano de ‘estar aí par aos outros’ como pressuposto teórico para a construção de uma teologia pública no Brasil*. São Paulo: Garimpo Editorial, 2016, p. 40.

¹³ JACOBSEN, E. Modelos de teologia pública. In: ZWETSCH, R.; CAVALCANTE, R.; SINNER, R. (Orgs.). *Teologia Pública em debate*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2011, p. 53.

¹⁴ ZABATIERO, J. *Para uma Teologia Pública*. São Paulo: Fonte Editorial/Faculdade Unida, 2011, p. 7.

‘teologia pública’¹⁵ – cabe algum movimento de sistematização e catalogação acerca daquilo que se compreende por *teologia pública*.

Eneida Jacobsen, partindo, em especial, das formulações teológico-públicas norte-americanas e sul-africanas, pensa *modelos de teologia pública* em dois grupos: “modelos de fundamentação e modelos de atuação”¹⁶.

Entre os modelos de fundamentação ela identifica três perspectivas: “a primeira de cunho teológico (modelo de divulgação), a segunda de caráter filosófico-existencial (modelo universal) e a terceira de cunho sociológico (modelo factual)”¹⁷.

Para a teóloga, “o modelo de divulgação baseia-se no ‘ser público’ de Deus, que se revela às pessoas de diferentes maneiras e, por consequência, incumbe a igreja de testemunhar publicamente sua fé”¹⁸. Representa este modelo, em sua visão, a teologia de Jürgen Moltmann em sua perspectiva escatológica. “Isso significa que a teologia não apenas se apresenta no meio público, mas também coloca as coisas públicas sob a luz do reino vindouro”. Assim, “o lugar de uma teologia envolvida com a causa de Cristo é no meio dos campos de conflito existentes no mundo e não atrás dos muros das igrejas”. Teologia pública, neste contexto, “é reflexo da ‘igreja pública’, que testemunha o evangelho no mundo, anunciando a vinda do reino”¹⁹.

O modelo universal, por sua vez, teria David Tracy como representante. “na compreensão desse autor, o caráter público da teologia está ancorado na natureza das ‘questões religiosas’ que são enfrentadas por qualquer ser humano ou sociedade às quais o teólogo busca dar respostas”. Assim, “a pergunta pelo sentido da existência e pela possibilidade de uma confiança fundamental em meio aos medos da existência seriam, segundo Tracy, exemplos de questões que, dada a sua universalidade, implicam publicidade”. Enquanto matéria que lida com estas questões, “a teologia é automaticamente conduzida a publicidade”²⁰.

¹⁵ JACOBSEN, 2011, p. 54.

¹⁶ JACOBSEN, 2011, p. 55.

¹⁷ JACOBSEN, 2011, p. 55.

¹⁸ JACOBSEN, 2011, p. 56.

¹⁹ JACOBSEN, 2011, p. 57.

²⁰ JACOBSEN, 2011, p. 58.

Para Jacobsen, “o modelo factual diferencia-se dos anteriores por tomar a existência pública da religião e, por extensão, da teologia como uma realidade empírica independente de possíveis justificações teológicas”. Neste caso, “a questão fundamental para uma teologia pública não estaria na pergunta pela publicização ou não da fé, mas na análise crítica do modo através do qual essa fé já está sendo tornada pública”. A tarefa da teologia seria “buscar entender a relação entre as convicções cristãs e o contexto sociocultural mais amplo”²¹. Isto é, a religião, uma vez parte da sociedade, não lhe é possível não incidir sobre ela. Pois “as religiões não são uma realidade apenas pessoal e privada: elas inevitavelmente são expressas de maneira pública através de movimentos, templos, monumentos, etc.”²².

Jacobsen apresenta o pensamento de Stackhouse acerca da incidência pública da religião para exemplificar esta forma de teologia pública:

Em resumo, o autor conclui que a religião, mesmo tendo uma dimensão privada, a) forma associações e constitui práticas que expressa as crenças das pessoas; b) molda o espaço e o tempo da sociedade à medida que as manifestações de fé são assimiladas por ela com o passar do tempo e c) forma o caráter de uma pessoa e a maneira como ela se portará na sociedade – o que ocorre quase sempre de maneira inconsciente²³.

Os modelos de atuação, para Jacobsen “caracterizam-se por responder à pergunta pelo modo através do qual se pode ou deve proceder para alcançar e efetivar a publicidade da teologia”²⁴.

A autora novamente recorre a David Tracy para falar sobre o *modelo de audiência*. O teólogo norte-americano “fala em diferentes ‘públicos da teologia’, a saber: a sociedade, a academia e a igreja. Para ele, a publicidade da teologia deve ser alcançada a partir de e dirigindo-se a esses três públicos, que formariam, assim, a audiência da teologia”²⁵. Jacobsen

²¹ JACOBSEN, 2011, p. 59.

²² JACOBSEN, 2011, p. 60.

²³ JACOBSEN, 2011, p. 60.

²⁴ JACOBSEN, 2011, p. 60.

²⁵ JACOBSEN, 2011, p. 61.

resume o pensamento de Tracy sobre os públicos da teologia da seguinte maneira:

1) A *sociedade*, para Tracy, é constituída de três domínios: o domínio da estrutura tecnoeconômica, o domínio do político e o domínio da cultura. No *domínio tecnoeconômico*, somos defrontados com a inépcia de valores centrados na tecnologia em definir os fins da política e da cultura. O *domínio do político* diz respeito à justiça social e ao uso do poder. [...] O *domínio da cultura* refere-se às expressões simbólicas de uma sociedade, englobando aspectos como arte e religião e a própria reflexão sobre essas expressões nas formas da crítica cultural, filosofia e teologia. 2) A *academia* descreve o *locus* social no qual o estudo da teologia acontece com mais frequência [sendo interpelada e interpelando os demais saberes] [...]. 3) A *igreja*, enquanto público, constitui uma “comunidade do discurso moral e religioso” que o teólogo profere. [...] Nesse sentido, o discurso teológico dirigido às igrejas tem a chance de alcançar, através da atuação das mesmas, a sociedade mais ampla²⁶.

O modelo apologético, por sua vez, é apresentado como uma alternativa às linguagens confessionais e dogmáticas. Para ela, “se a teologia cristã quiser contribuir para os debates concernentes e assuntos de interesse público, não bastará simplesmente apelar para a Escritura ou para a tradição cristã; isso não significa que ela deva abjurar elementos que lhe são específicos”, pelo contrário, implica “saber defender suas reivindicações de verdade de um modo acessível a outros na esfera pública através de uma forma de argumentação aberta e de um estilo acessível de comunicação”. Este modelo, portanto, tem a ver com elementos e linguagens que possam ser considerados universais. “O modelo de apologeticidade opõe-se a uma postura dogmática e confessional por não recorrer a autoridades ou suposições particulares da fé”²⁷. Sustenta este modelo Stackhouse. Como formula Jacobsen:

Segundo Stackhouse, existem três formas de teologia pública: a confessional, a dogmática e a apologética. A abordagem confessional

²⁶ JACOBSEN, 2011, p. 61-62.

²⁷ JACOBSEN, 2011, p. 63.

não acredita que a fé possa ser universalmente expressa e compreendida. Mesmo assim, tematiza questões públicas como aborto e guerra por entender que toda posição pública é de alguma maneira confessional. A perspectiva dogmática, baseada em suas próprias pressuposições doutrinárias, apresenta suas convicções em fóruns públicos, a fim de, mesmo sabendo que suas convicções mais profundas não são compartilhadas por todos, influenciar a consciência das pessoas. Por fim, o modelo apologético, na opinião de Stackhouse “a forma mais forte de teologia pública”, acredita que as suposições mais profundas da fé são e podem ser demonstradas como éticas, viáveis e sensatas para todas as pessoas²⁸.

Em virtude deste caráter universal possível em suas formulações teóricas, a teologia “deve desenvolver critérios públicos, não privados, de discurso, o que envolve argumento e evidência, especialmente no que diz respeito à teologia fundamental, que lida com campos como metafísica e a dialética”. Mais, “a teologia fundamental deve procurar apresentar argumentos que todas as pessoas, sejam elas religiosas ou não, possam aceitar”. Desta forma, “a teologia apela para a experiência, a inteligência, a racionalidade e a responsabilidade do ser humano de acordo com critérios em princípio aceitos por todos”, explica Jacobsen baseada em Tracy²⁹.

O *modelo contextual* também tem recebido efetiva aderência na teologia pública. Para Jacobsen, “a teologia pública, enquanto saber contextual, precisa estar apta a mover-se entre os mais diversos temas, ocupando-se com as questões de cada tempo e realidade e buscando contribuir a partir daquilo que lhe é específico”³⁰.

Esta sistematização proposta por Jacobsen “demonstra que o empenho por uma teologia pública é deveras plural e abrangente”. Também possibilita a percepção de que “a maioria dos autores combina mais de um modelo de teologia pública, tornando a iniciativa complexa, como é de se esperar de toda teologia que se volta para os desafios de nosso tempo”³¹.

Enquanto conclusão de sua abordagem, Jacobsen afirma:

²⁸ JACOBSEN, 2011, p. 63-64.

²⁹ JACOBSEN, 2011, p. 64.

³⁰ JACOBSEN, 2011, p. 66.

³¹ JACOBSEN, 2011, p. 66.

Os modelos mais recorrentes na literatura sobre teologia pública são os da divulgação e da audiência: compreende-se que Deus motiva a existência de uma teologia pública que se concretiza por meio do diálogo com diferentes públicos, como a igreja e a sociedade. Os modelos universal e o apologético são mais específicos da literatura norte-americana, ao passo que o contextual faz-se fortemente presente entre teólogos sul-africanos. Teólogos norte-americanos como Tracy, Stackhouse e Cady tendem a empregar o termo “público” como sinônimo de “universal” – por isso a importância da teologia pública recorrer a critérios de argumentação acessíveis, ao menos em princípio, a todas as pessoas. Teólogos sul-africanos como Koopman, de Gruchy e Smit, por sua vez, demonstram conceber o termo “público” como sinônimo de “comum” enquanto categoria política. Nesse último sentido, percebe-se a teologia pública como uma possibilidade de contribuição contextual na luta contra o racismo, a pobreza, a violência etc., rumo ao “bem comum” de uma sociedade³².

A contextualidade do fazer teológico, com efeito, apresenta uma aproximação entre África do Sul e América Latina. A segunda, ainda tem muito a contribuir ao desenvolvimento de teologias públicas, muito em virtude de sua herança de libertação. Com efeito, “o comprometimento dessas teologias com os rostos oprimidos de nossa história lembra-nos especialmente do fato de que não basta à teologia fazer-se perceptível no espaço público de uma sociedade”. Mais, “se essa teologia não estiver encarnada junto às dores, fés e esperanças de cada povo, em cada contexto, ela será um discurso vazio, sem relevância efetiva”³³. Neste contexto, Jacobsen propõe “uma teologia pública ‘ancorada no mundo da vida’”³⁴. Para ela, esta “seria a forma apropriada para toda teologia que, mobilizada pelo sofrimento das pessoas, deseja contribuir para a expansão dos esforços comunicativos de uma sociedade”³⁵.

Além dos esforços de Jacobsen, também Caldas tentou fazer um mapeamento da teologia pública no contexto brasileiro.

³² JACOBSEN, 2011, p. 67.

³³ JACOBSEN, 2011, p. 67.

³⁴ JACOBSEN, 2011, p. 67-68.

³⁵ JACOBSEN, 2011, p. 68

Para ele, “a teologia pública tem contornos distintos quando produzida na Alemanha, ou nos Estados Unidos ou na África do Sul. Não poderia ser diferente na América Latina”³⁶. No contexto do Brasil, o autor identifica aquilo que chama de “exemplos de teologia pública *avant la lettre*”, isto é, formas de fazer teológico que hoje podem ser pensados como intersecções entre teologia e espaço público, mas que antecedem a utilização do termo.

O autor destaca o movimento ecumênico no Brasil e sua ênfase de serviço à sociedade³⁷. As campanhas da Fraternidade da CNBB em seu papel de fomento da interação social por parte das comunidades eclesiais³⁸. A Fraternidade Teológica Latino-Americana – Setor Brasil (FTL-B), de perfil evangélico, protestante e evangélica que, inspirada no movimento de Lausanne, buscou uma produção teológica contextualizada³⁹. Além de afirmar a atuação pública da Teologia da Libertação latino-americana⁴⁰. O autor também destaca a produção de Clovis Pinto de Castro acerca de uma fé cidadã como uma teologia pública⁴¹.

Enquanto teologia pública propriamente dita, Caldas destaca o Instituto Humanitas da UNISINOS, pontuando as 89 edições dos *Cadernos Teologia Pública*, além de atentar aos números da *Revista IHU Online* que também tocam a intersecção entre teologia e espaço público. Além disso, a *Coleção Theologia Publica*, também da UNISINOS, é apresentada por Caldas⁴².

Quanto aos teólogos protestantes, destaca Rudolf von Sinner e sua construção de uma teologia pública para o contexto brasileiro em especial diálogo com a teologia pública sul-africana; Eneida Jacobsen, em especial sua classificação de modelos de teologia pública; e Júlio Zabatiero e sua obra *Para uma teologia pública*⁴³. Nesta seção dedicada as contribuições protestantes salta aos olhos o olvido da obra de Ronaldo Cavalcante, uma vez que é proponente de uma teologia pública protestante.

³⁶ CALDAS, 2016, p. 15.

³⁷ CALDAS, 2016, p. 41-46.

³⁸ CALDAS, 2016, p. 46-49.

³⁹ CALDAS, 2016, p. 49-52.

⁴⁰ CALDAS, 2016, p. 52-54.

⁴¹ CALDAS, 2016, p. 54-55.

⁴² CALDAS, 2016, 56-66.

⁴³ CALDAS, 2016, p. 66-74.

Caldas também ressalta os Congressos da ANPTECRE e da SOTER como espaços de circulação de pesquisas ligadas à temática, apesar de compreender que os trabalhos apresentados nestes eventos pouco contribuíram ao estatuto teórico de uma teologia pública⁴⁴.

Como conclusão de sua análise, Caldas compreende que a teologia pública “veio para ficar” e “vai assumir seu lugar”⁴⁵. Ademais, para ele, “a chegada da teologia pública no cenário da reflexão teológica brasileira deve ser saudada efusivamente. Afinal, trata-se de proposta saudável, com potencial de oxigenar a reflexão teológica no país”. Para ele, “com a teologia pública, inicia-se uma aventura, pois o teólogo, tal como acertadamente pontuou David Tracy, vai falar para diferentes públicos – agora, não mais apenas a academia e a igreja, mas também a sociedade como um todo”⁴⁶.

O desafio da teologia, neste contexto, seria, portanto, “entabular diálogos com outros saberes”, tomando cuidado “para não cair no lugar comum de um discurso politicamente correto que agrada as sensibilidades contemporâneas e não abrir mão do conteúdo particular e específico da fé cristã”⁴⁷.

Por fim, destaca que “os que pretendem trabalhar com teologia pública no Brasil têm adiante de si um desafio que não pode ser ignorado, qual seja, o da definição de marcos conceituais, dos balizamentos hermenêuticos e teórico-metodológicos”⁴⁸. Ao que identifica, no Brasil, dois tipos de teologia pública, a saber:

uma, a veiculada pelo [...] Instituto Humanitas (IHU) da UNISINOS, de tradição jesuíta, outra a proposta da Escola Superior de Teologia, de tradição luterana. A proposta do IHU tem como grande referência teórica a elaboração de David Tracy. A proposta da EST tem como grande referência teórica a elaboração sul-africana, que se reporta às construções de William Storrar e Max Stackhouse. [...] ambas procuram conscientemente construir sua reflexão na realidade do Brasil e não apenas copiar o que foi produzido além-mar⁴⁹.

⁴⁴ CALDAS, 2016, p. 75-82.

⁴⁵ CALDAS, 2016, p. 83.

⁴⁶ CALDAS, 2016, p. 84.

⁴⁷ CALDAS, 2016, p. 84.

⁴⁸ CALDAS, 2016, p. 84.

⁴⁹ CALDAS, 2016, p. 85.

De Zabatiero, Jacobsen e Caldas percebe-se a polissemia daquilo que tem se produzido sob a nomenclatura de *teologia pública*. Entretanto, também se percebe a potência de uma linguagem teológica que considera seriamente suas interlocuções. Diante desse quadro, percebe-se, portanto, a possibilidade da utilização do termo e de produções alinhadas a ele no desafio de pensar a realidade em suas mais variadas dimensões, como a do pluralismo, da globalização, da laicidade, etc. No horizonte dos 500 anos da Reforma, também cabe pensar a relação da tradição protestante com o espaço público por meio de uma elaboração teológico-pública.

Uma teologia pública protestante

Em Ronaldo Cavalcante a teologia pública emerge como uma nova possibilidade de fazer teológico e educação teológica diante dos desafios daquilo que chama de *neofundamentalismo*.

Para o autor, “não é incomum que no amplo universo dos estudos religiosos, se constate, nos diversos segmentos, a presença de importantes descrições reducionistas com a função justificada de ressaltar e evocar a *summa theologica*”, isto é, “a síntese fundamental, a *sacra doctrina*, a essência da mensagem, com a qual se pode forjar o dogma incontestado. Tal tendência pode ser percebida facilmente nas religiões monoteístas”⁵⁰. São movimentos que, dentro do protestantismo, concorrem contra a recepção da pluralidade com um dom, como anteriormente acenado por Tracy e pelo DCAC.

Para Cavalcante, ao se olhar para a história protestante, “poderíamos então, sem o receio de exageros, definir o protestantismo, originalmente, como uma importante força cultural libertária na construção da cidadania ocidental”⁵¹. Com isso, Cavalcante percebe nesta tradição uma força interna a ser lembrada que contrapõe-se aos reducionismos dogmatistas e fundamentalistas. Nas palavras do autor:

⁵⁰ CAVALCANTE, R. *A cidade e o gueto*: introdução a uma Teologia Pública Protestante e o desafio do neofundamentalismo evangélico. São Paulo, Fonte Editorial, 2010, p. 17.

⁵¹ CAVALCANTE, 2010, p. 22.

Diante desse quadro, revela-se, como tentativa de superação dessa excrescência [o neofundamentalismo], a importância de uma formação teológica de qualidade que possibilitaria, por um lado, a recuperação da identidade protestante perdida nos meandros institucionais e na busca insaciável do poder político de controle dentro do “gueto” e, por outro, a construção de um pensamento teológico relevante para a sociedade brasileira, que lhe devolvesse o *ethos* protestante, enfim, a elaboração de uma *teologia pública* em prol da cidadania; uma guinada de paradigma com vistas a uma real participação social do protestantismo na “cidade”, *pari passu* a uma consideração efetiva da *tolerância* como princípio axial de convivência; a oportunidade ímpar do pluralismo e o desafio do diálogo ecumênico, como valor central do Evangelho. Dessa maneira, cremos, teremos possibilidades mínimas para uma ação eclesial relevante na sociedade onde o protestantismo seria, de fato, uma força cultural cooperante e somada a outras na promoção de justiça e solidariedade⁵².

Cavalcante identifica na história do protestantismo uma relação profunda entre teologia e ética a qual também é expressa na forma de uma pedagogia. Efetivamente, a educação teológica, amparada nas noções de tolerância e cidadania, poderia contribuir a formulação de uma linguagem teológica que não perceba o pluralismo religioso como um risco, mas como interlocução necessária e salutar. Esta dimensão é reafirmada por Cavalcante, ao compreender que a tradição protestante,

desde seu nascimento no século XVI e seus compromissos corajosos e onerosos, bem como os enormes desafios sociais e políticos por ele enfrentados no passado e o pluralismo da atualidade, particularmente a possibilidade concreta de um recrudescimento dogmático de vertentes sectárias e radicais em determinados setores protestantes brasileiros, entendo ser necessária a construção de uma teologia tão relevante quanto urgente para o Brasil sob o risco de que a tradição protestante da atual geração carregue para a posteridade o estigma de nulidade social. Por isso, mesmo objetiva-se elaborar as bases de uma teologia pública⁵³.

⁵² CAVALCANTE, 2010, p. 23.

⁵³ CAVALCANTE, 2010, p. 109.

Esta educação teológica, marcada pelo ensino da teologia pública, o autor concebe como “recuperação da vocação protestante”. Para ele, “a docência teológica é, antes de tudo, uma experiência dialética”. De um lado, a interioridade, compreende que “o ensino da teologia nos é, sobretudo, encantamento que faz sonhar alimentando esperanças de ideais compatíveis à sua própria nobreza, como a entendemos”⁵⁴. Por outro lado, “em muitos momentos a docência teológica pode significar um completo desencanto interrompendo abruptamente nossos devaneios pela confrontação com a dura realidade de nossas igrejas, seminários, institutos, vocações e do ensino teológico em geral”, interpelando por uma *práxis* coerente⁵⁵.

Esta coerência, por sua vez, é desenvolvida por meio da identidade protestante. Em outras palavras, por meio daquilo que se compreende como “o específico da teologia”. Para Cavalcante, este *proprium* “é a fala sobre a fala de Deus, percebida na história e ‘fotografada’ nas Escrituras”⁵⁶. Desta forma,

a elaboração empírica na teologia contemplará sua “descrição” de Deus, como apenas uma “representação do objeto” e não como uma “descrição do objeto em si”, pois isso seria impossível, uma vez que, na visão empírica de mundo e em sua teoria do conhecimento (epistemologia), tudo o que se tem, são impressões mentais a partir das percepções sensoriais, portanto, a *linguagem teológica* apenas emite opiniões particularizadas sobre as experiências dos outros. No caso cristão, as Escrituras possuem esse *status* de “objeto”, *par excellence*, a ser investigado, porém, sempre com esse princípio de uma leitura limitada e transitória. Por conseguinte, nasce uma teologia cônica de suas debilidades intrínsecas e de estar sempre sendo construída, exatamente por isso, segundo creio, ergue-se a sua nobreza⁵⁷.

Como fazer teológico em constante construção e reconstrução, esta teologia consciente de seus limites pode, também, acolher as diferenças, diversidades e pluralidades como desafios e dons. Assim, Cavalcante propõe

⁵⁴ CAVALCANTE, 2010, p. 141.

⁵⁵ CAVALCANTE, 2010, p. 142.

⁵⁶ CAVALCANTE, 2010, p. 149.

⁵⁷ CAVALCANTE, 2010, p. 149-150.

“que a teologia protestante seja, antes de tudo, *pública*. Uma teologia compromissada com o seu tempo, com suas múltiplas demandas”. Dito de outra forma, Cavalcante pensa “uma teologia encarnada e capaz de ouvir as perguntas do hoje e a partir de então, com base em sua história, em seus princípios, e com uma espiritualidade madura em diálogo com o *todo* da tradição cristã, articular respostas atualizadas e relevantes”⁵⁸. Para o autor, “talvez o mais interessante a ser destacado aqui, seja o alcance da teologia pública exatamente por não estar limitada denominacionalmente”. O que lhe permite “agir com muito mais liberdade nos contatos e relações com outras realidades religiosas e por isso mesmo expandindo e enriquecendo sua visão”⁵⁹. Contudo, apesar de não confessional, a educação teológico-pública, pode haurir das tradições teológicas e eclesiais que a antecedem. E a partir da recuperação da história do protestantismo, por exemplo, “enxergar as gerações pósteras, empenhando-nos numa educação cristã e teológica arejada pela vocação cidadã do protestantismo por meio de uma teologia pública e partícipe do nosso tempo e do nosso chão”⁶⁰.

Teologia Pública, Protestantismo, Pluralidades e Contextualidades: uma breve relação à guisa de conclusão

Diante da comemoração dos 500 anos da Reforma – acerca da qual o documento *Do Conflito à Comunhão* emerge como importante contribuição – a história é revisitada em sua dimensão pedagógica. O DCAC acena aos contextos de pluralismos que hoje podem ser acolhidos como dons, também em virtude dos importantes avanços do movimento ecumênico. O contexto de pluralidade religiosa, diversidade cultural e de cristianismo plural é, simultaneamente, desafio e oportunidade, onde o cristianismo do sul global possui um papel importante no caminho da tolerância, de outras racionalidades e sensibilidades. Esta era ecumênica pode ser lida também como uma nova era de diálogo inter-religioso, o qual, diante de fundamentalismos e terrorismos, é cada vez mais urgente.

⁵⁸ CAVALCANTE, 2010, p. 156.

⁵⁹ CAVALCANTE, 2010, p. 159.

⁶⁰ CAVALCANTE, 2010, p. 163-164.

Onde as igrejas e as religiões possam aprender a recontar as histórias, não mais umas contra as outras, mas de forma conjunta. Desta fora, não só a fé cristã, mas também as demais religiões são convidadas a um testemunho público que contribua ao bem de todas e todos.

A teologia pública, em sua dimensão supraconfessional, enquanto pensamento crítico que busca a relação com o espaço público e variadas audiências pode ser compreendido também como possibilidade de apropriação e criação de linguagens teológicas outras, não apenas cristãs. O que aprofundaria ainda mais a sua polissemia, mas isto não deveria ser visto como um aspecto negativo, mas como característica de um fazer teológico que nasce plural e resiste à sua domesticação.

Sua catalogação e mapeamento, por sua vez, segue válida e necessária, também sua sistematização, com o intuito de percorrer caminhos comuns ecumênicos e inter-religiosos. Aspectos como a contextualidade do fazer teológico e acessibilidade pública das linguagens teológicas, identificadas por Jacobsen, mostram-se pertinentes aspectos a serem considerados em futuras elaborações teóricas. Também a proposta de uma teologia pública ancorada no mundo da vida em continuidade com a tradição de libertação une-se a proposta de Cavalcante, ao buscar na história da teologia cristã elementos que dialoguem com as questões atuais, o que também corrobora a legitimidade da teologia pública como adequada forma de acolhida dessas interlocuções.

A educação teológica, por sua vez, diante de pluralidades, publicidades e audiências precisa também contar seriamente com os riscos reducionistas de linguagens excludentes, fundamentalistas e dogmáticas. Neste sentido, acolhe-se a percepção de Cavalcante que percebe na tradição protestante um importante contributo à construção de uma teologia pública, preocupada com a cidadania – tendo a vocação cidadã do protestantismo como elemento constitutivo de uma teologia pública –, a tolerância e com uma ética coerente, a qual, pode influenciar também comunidades eclesiais em uma pedagogia do acolhimento das alteridades. Além disso, a teologia pública, que percebe suas limitações e contingências, tenderia a uma dinâmica mais humilde e modesta e não triunfalista. Aí também reside seu alcance supraconfessional.

Em resumo, a tradição protestante, a tradição de libertação, entre outras tradições religiosas podem servir de base a um fazer teológico-público

que considere seriamente sua vocação ao bem comum e ao acolhimento das alteridades.

Referências

- CALDAS, C. *Dietrich Bonhoeffer e a teologia pública no Brasil: o conceito bonhoefferiano de ‘estar aí par aos outros’ como pressuposto teórico para a construção de uma teologia pública no Brasil*. São Paulo: Garimpo Editorial, 2016.
- CAVALCANTE, R. *A cidade e o gueto: introdução a uma Teologia Pública Protestante e o desafio do neofundamentalismo evangélico*. São Paulo, Fonte Editorial, 2010.
- Decreto Unitatis Redintegratio sobre o ecumenismo*. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html. Acesso em: 30.09.2017.
- JACOBSEN, E. Modelos de teologia pública. In: ZWETSCH, R.; CAVALCANTE, R.; SINNER, R. (Orgs.). *Teologia Pública em debate*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2011, p. 53-70.
- PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS; FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. *Do Conflito à Comunhão: Comemoração conjunta católico-luterana da Reforma em 2017*. Relatório da Comissão Luterana – Católico-Romana para a Unidade. Brasília, Edição conjunta Edições CNBB e Editora Sinodal, 2015.
- THE LUTHERAN WORLD FEDERATION. *A new beginning for Lutheran and Catholic aid agencies*. 31.10.2016. Disponível em: <https://www.lutheranworld.org/news/new-beginning-lutheran-and-catholic-aid-agencies>. Acesso em: 26.09.2017.
- TRACY, D. *A imaginação analógica: a teologia cristã e a cultura do pluralismo*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2006.
- ZABATIERO, J. *Para uma Teologia Pública*. São Paulo: Fonte Editorial/Faculdade Unida, 2011.

Submetido em: 30/09/2017

Aceito em: 15/12/2017